

STJ00114051

REINALDO COUTO
ÁLVARO CAPAGIO

Curso de Direito
Administrativo

5ª edição

2022

saraiva  jur.

saraiva
E D U C A Ç Ã O

saraiva 

Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Estevão Bula Gonçalves

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação SBNigni Artes e Textos Ltda.
Revisão Simone Silberschmidt
Capa Herbert Junior
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Edições Loyola

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
DE ACORDO COM ISBN
ELABORADO POR YAGNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410**

C871c Couto, Reinaldo

Curso de Direito Administrativo / Reinaldo Couto, Álvaro do
Canto Capaglio. - 5. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.
1460 p.

ISBN: 978-65-5362-187-9

1. Direito. 2. Direito Administrativo. I. Capaglio, Álvaro do
Canto. II. Título

2022-6 CDD 341.3
CDU 342.9

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Administrativo 341.3
2. Direito Administrativo 342.9

Data de fechamento da edição: 27-01-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL CAE

SUMÁRIO

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Nota dos autores</i>	9
<i>Abreviaturas e siglas</i>	11
<i>Prefácio</i>	35
<i>Apresentação</i>	39
1 Introdução	43
2 Conceito de direito administrativo	44
3 Direito administrativo como direito público	57
4 Objeto da ciência do direito administrativo	61
5 Direito administrativo e ciência da administração	65
6 Atuação estatal e funções estatais	67
7 Conceito de Administração Pública sob os aspectos formal (orgânico ou subjetivo) e material (funcional ou objetivo)	70
8 Fontes do direito administrativo	76
8.1. Lei	80
8.1.1. Legitimidade para legislar	84
8.2. Tratados internacionais	84
8.3. Costume	86
8.4. Princípios gerais do direito	87
8.5. Jurisprudência	91
8.6. Doutrina	94
9 Competência para legislar sobre direito administrativo	95
10 Sistemas administrativos francês e inglês	97
11 Sistema administrativo brasileiro	100

12 Interpretação do direito administrativo	102
12.1. Teoria geral da interpretação	102
12.2. Interpretação específica do direito administrativo	105
13 Princípios da administração pública	107
13.1. Introdução	107
13.2. Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado	108
13.2.1. Teoria do equilíbrio	116
13.3. Princípio da indisponibilidade do interesse público pela administração	119
13.4. Princípio da legalidade	121
13.5. Princípio da reserva legal	125
13.6. Princípio da segurança jurídica	126
13.6.1. Prescrição, decadência, ato jurídico perfeito, coisa julgada e direito adquirido	129
13.7. Princípio da impessoalidade	132
13.8. Princípio da moralidade	134
13.9. Princípio da publicidade	137
13.9.1. Acesso à informação pública	140
13.9.2. Proteção de dados pessoais	144
13.10. Princípio da eficiência	151
13.11. Princípios do contraditório e da ampla defesa	154
13.12. Princípio da proporcionalidade	157
13.13. Princípio da razoabilidade	160
13.14. Princípio da boa-fé	161
13.15. Princípio da motivação	163
13.15.1. Introdução	163
13.15.2. Conceito	164
13.15.3. Evolução doutrinária e jurisprudencial	165
13.15.4. Motivação aliunde	167
13.15.5. Motivação padronizada	168
13.15.6. Motivação administrativa nos demais poderes	168
13.16. Princípio da autotutela	168
13.17. Princípio da finalidade	171
13.18. Princípio da cortesia	172
13.18.1. Aspectos gerais	172
13.18.2. Princípio da cortesia no PAD e na sindicância	173
13.19. Princípio da continuidade	175
13.19.1. Aspectos gerais	175
13.19.2. Princípio da continuidade do exercício da função administrativa	176
13.20. Princípio da especialidade	177
13.21. Princípio da discricção	177
14 Regime jurídico-administrativo	179
15 Organização administrativa	184
15.1. Introdução	184
15.2. Princípios fundamentais das atividades da Administração Pública federal do Decreto-Lei n. 200/67	186
15.3. Descentralização e desconcentração da atividade administrativa	188
15.4. Administração direta	194
15.5. Administração indireta	200
15.5.1. Autarquia	200
15.5.1.1. Introdução	200
15.5.1.2. Regime jurídico	202

15.5.1.3. Controle	203
15.5.1.4. Patrimônio	204
15.5.1.5. Regime de pessoal	204
15.5.1.6. Orçamento	205
15.5.1.7. Competência para processar e julgar as suas causas	206
15.5.1.8. Responsabilidade civil	206
15.5.1.9. Imunidade	207
15.5.1.10. Licitação e contratos administrativos	207
15.5.1.11. Prerrogativas	208
15.5.1.12. Tipos	210
15.5.1.12.1. Autarquias corporativas ou profissionais	210
15.5.1.12.2. Autarquias educacionais, culturais ou universitárias	214
15.5.1.12.3. Agências reguladoras	216
15.5.1.12.3.1. Regime jurídico das agências reguladoras	221
15.5.1.12.3.2. Pessoal das agências reguladoras	227
15.5.1.12.3.3. Licitação e contratos administrativos	229
15.5.1.12.3.4. Tipos de agências reguladoras	230
15.5.1.12.3.5. Regulação econômica e regulação técnica	231
15.5.1.12.3.6. Processo regulatório	236
15.5.1.12.3.7. Teoria da Captura	240
15.5.1.12.4. Agências executivas	243
15.5.1.12.5. Associações públicas	245
15.5.1.12.6. Autarquias territoriais	246
15.5.2. Fundação pública de direito público e de direito privado	247
15.5.2.1. Fundação pública de direito público	247
15.5.2.1.1. Introdução	247
15.5.2.1.2. Regime jurídico	248
15.5.2.1.3. Controle	249
15.5.2.1.4. Patrimônio	250
15.5.2.1.5. Regime de pessoal	251
15.5.2.1.6. Orçamento	252
15.5.2.1.7. Competência para processar e julgar as suas causas	252
15.5.2.1.8. Responsabilidade civil	253
15.5.2.1.9. Imunidade	254
15.5.2.1.10. Licitação e contratos administrativos	254
15.5.2.1.11. Prerrogativas	254
15.5.2.2. Fundação pública de direito privado	256
15.5.2.2.1. Introdução	256
15.5.2.2.2. Regime jurídico	257
15.5.2.2.3. Controle	257
15.5.2.2.4. Patrimônio	258
15.5.2.2.5. Regime de pessoal	260
15.5.2.2.6. Orçamento	260
15.5.2.2.7. Competência para julgar causas	261
15.5.2.2.8. Responsabilidade civil	261
15.5.2.2.9. Imunidade	262
15.5.2.2.10. Licitação e contratos administrativos	263
15.5.3. Empresas estatais	263
15.5.3.1. Introdução	263
15.5.3.2. Estatuto jurídico	265
15.5.3.3. Controle	274
15.5.3.4. Patrimônio	276

15.5.3.5.	Regime de pessoal	277
15.5.3.6.	Orçamento	277
15.5.3.7.	Competência para processar e julgar as suas causas	279
15.5.3.8.	Responsabilidade civil	280
15.5.3.9.	Regime tributário	280
15.5.3.10.	Licitação e contratos administrativos	281
15.5.3.11.	Tipos	282
15.5.3.11.1.	Empresas públicas	282
15.5.3.11.1.1.	Conceito antigo	282
15.5.3.11.1.2.	Conceito atual	283
15.5.3.11.1.3.	Exemplos	283
15.5.3.11.1.4.	Finalidade	283
15.5.3.11.1.5.	Regime societário	283
15.5.3.11.1.6.	Prestação anormal de serviço público	284
15.5.3.11.1.7.	Interfederatividade	285
15.5.3.11.1.8.	Espécies	285
15.5.3.11.2.	Sociedade de economia mista	286
15.5.3.11.2.1.	Conceito antigo	286
15.5.3.11.2.2.	Conceito atual	286
15.5.3.11.2.3.	Exemplos	286
15.5.3.11.2.4.	Forma societária	286
15.5.3.11.2.5.	Finalidade	286
15.5.3.12.	Diferenças básicas entre as empresas estatais	287
15.5.3.13.	Subsidiárias	288
15.5.3.13.1.	Possibilidade de criação	288
15.5.3.13.2.	Conceito normativo	288
15.5.3.13.3.	Necessidade de autorização legal	288
15.5.3.13.4.	Objeto social	289
15.5.3.13.5.	Controle	289
15.5.3.13.6.	Posicionamento do TCU	289
16	Órgãos públicos	295
16.1.	Teorias sobre a manifestação da vontade	295
16.2.	Conceito	297
16.3.	Inexistência de personalidade jurídica	297
16.4.	Criação e extinção	298
16.5.	Capacidade de estar em juízo	299
16.6.	CNPJ	300
16.7.	Natureza jurídica	300
16.8.	Classificações	301
17	Domicílio dos entes da federação e das pessoas jurídicas estatais	304
18	Reforma administrativa	306
19	Contrato de gestão	310
20	Entidade paraestatal	312
20.1.	Conceito	312
20.2.	Forma de constituição	313
20.3.	Fontes de recursos	313
20.4.	Capacidade tributária e imunidade	314
20.5.	Prescrição	314
20.6.	Fiscalização	315
20.7.	Competência para processar e julgar as suas causas	315
20.8.	Principais características	316

21 Terceiro setor	317
21.1. Introdução	317
21.2. Competência para processar e julgar as suas causas	318
21.3. Imunidade	318
21.4. Tipos	319
21.4.1. Entidades de apoio	320
21.4.1.1. Conceito	320
21.4.1.2. Forma de constituição	320
21.4.1.3. Vínculo com o poder público	320
21.4.1.4. Fontes de recursos	321
21.4.1.5. Dispensa de licitação	321
21.4.2. Organizações sociais (OS)	322
21.4.2.1. Conceito	322
21.4.2.2. Publicização	322
21.4.2.3. Requisitos de qualificação	323
21.4.2.4. Contrato de gestão	324
21.4.2.5. Recursos materiais e humanos públicos	325
21.4.2.6. Desnecessidade de licitação	326
21.4.2.7. Desqualificação	326
21.4.3. Organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP)	327
21.4.3.1. Conceito e finalidades	327
21.4.3.2. Qualificação	327
21.4.3.3. Termo de parceria	329
21.4.3.4. Perda da qualificação	330
21.4.4. Organização da sociedade civil	331
21.4.4.1. Pessoas que podem ser	332
21.4.4.2. Instrumentos	332
21.4.4.3. Plano de trabalho	333
21.4.4.4. Procedimento de manifestação de interesse social	333
21.4.4.5. Proposta	334
21.4.4.6. Chamamento público	334
21.4.4.7. Requisitos exigidos das organizações da sociedade civil	336
21.4.4.8. Formalização das parcerias	339
21.4.4.9. Recursos transferidos	340
21.4.4.10. Prestação de contas	341
21.4.4.11. Sanções	342
21.4.4.12. Prescrição das sanções	342
21.4.4.13. Transparência e controle	342
21.4.5. Organização gestora de fundos patrimoniais	343
21.4.5.1. Cláusula de exclusividade	343
21.4.5.2. Obrigações	344
21.4.5.3. Ato constitutivo	344
21.4.5.4. Receitas	345
21.4.5.5. Instrumento de parceria	345
21.4.5.6. Descumprimento do termo de execução e do encerramento do instrumento de parceria	346
22 Consórcio público	348
22.1. Introdução	348
22.2. Participação da união	349
22.3. Área de saúde	349
22.4. Objetivos	349
22.5. Cobrança de tarifas e preços públicos	350

22.6.	Outorga de concessão, permissão ou autorização pelo consórcio público . . .	350
22.7.	Forma de constituição: protocolo de intenções	350
22.8.	Área de atuação	351
22.9.	Número de votos de cada ente	352
22.10.	Vedação de contribuição financeira ou econômica	352
22.11.	Cessão de servidores	352
22.12.	Publicidade	352
22.13.	Ratificação	352
22.14.	Aquisição da personalidade jurídica	353
22.15.	Contrato de rateio	353
22.16.	Contas	354
22.17.	Exclusão de membro	354
22.18.	Execução financeira	354
22.19.	Fiscalização	354
22.20.	Responsabilidade dos agentes públicos	354
22.21.	Retirada ou extinção	354
22.22.	Bens e responsabilidade dos entes	355
22.23.	Contrato de programa	355
22.24.	Descentralização	356
22.25.	Disciplina	356
22.26.	Flexibilização do regime de direito público licitatório	357
23	Poderes administrativos	359
23.1.	Introdução	359
23.2.	Poder vinculado	360
23.3.	Poder discricionário	361
23.4.	Poder hierárquico	365
23.4.1.	Aspectos gerais	365
23.4.2.	Competência administrativa	368
23.4.2.1.	Conceito	368
23.4.2.2.	Características	369
23.4.2.3.	Critérios de distribuição	369
23.4.2.4.	Delegação e avocação	370
23.4.2.5.	Agente ou funcionário de fato	372
23.4.2.6.	Abuso de poder	374
23.5.	Poder disciplinar	375
23.5.1.	Conceito	375
23.5.2.	Aspectos gerais	376
23.5.3.	Discricionariedade e vinculação	377
23.5.4.	Direito subjetivo da administração	378
23.5.5.	Vínculos específicos ou especiais	379
23.6.	Poder de polícia	380
23.6.1.	Conceito e surgimento	380
23.6.2.	Elementos incipientes do direito econômico	383
23.6.3.	Poder de polícia e estado de polícia	383
23.6.4.	Polícia administrativa e polícia judiciária	384
23.6.5.	Custeio da atividade de polícia	386
23.6.6.	Poder negativo	386
23.6.7.	Características	386
23.6.8.	Discricionariedade e vinculação do poder de polícia	387
23.6.9.	Autoexecutoriedade	388
23.6.10.	Coercibilidade	388
23.6.11.	Desnecessidade de indenização	388

23.6.12. Competência para o exercício do poder de polícia.....	389
23.6.13. Fases ou ciclo do poder de polícia.....	391
23.6.14. Prescrição das sanções decorrentes do poder de polícia.....	392
23.7. Poder regulamentar.....	394
23.7.1. Introdução.....	394
23.7.2. Conceito.....	396
23.7.3. Limites.....	396
23.7.4. Indelegabilidade.....	397
23.7.5. Decretos regulamentares ou de execução.....	397
23.7.6. Decretos autônomos.....	398
23.7.7. Princípio da similitude das formas.....	399
23.8. Poder extroverso.....	400
23.9. Poderes implícitos.....	401
24 Autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito público.....	404
24.1. Princípios.....	404
24.2. Câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos.....	405
24.3. Facultatividade.....	405
24.4. Título executivo extrajudicial.....	405
24.5. Competência.....	405
24.6. Instauração e suspensão da prescrição.....	406
24.7. Transação por adesão.....	406
24.8. Administração pública federal.....	407
24.9. Responsabilidade.....	408
25 Fatos jurídicos e suas espécies.....	409
25.1. Fatos jurídicos em sentido amplo.....	409
25.1.1. Fato jurídico administrativo em sentido amplo.....	410
25.1.1.1. Fato jurídico administrativo em sentido restrito.....	410
25.1.1.2. Ato jurídico administrativo em sentido amplo.....	410
25.1.1.2.1. Ato jurídico administrativo em sentido estrito.....	411
25.1.1.2.2. Negócio jurídico administrativo.....	411
25.2. Ato administrativo ilícito.....	411
25.3. Atos do poder público.....	412
25.3.1. Introdução.....	412
25.3.2. Atos de governo ou políticos.....	412
25.3.3. Atos do poder legislativo.....	414
25.3.4. Atos judiciais.....	414
25.3.5. Atos da administração.....	414
26 Ato administrativo.....	416
26.1. Conceito.....	416
26.2. Elementos.....	420
26.2.1. Competência.....	422
26.2.1.1. Incompetência.....	424
26.2.2. Forma.....	425
26.2.2.1. Vício de forma.....	427
26.2.3. Objeto.....	428
26.2.3.1. Vício de objeto.....	430
26.2.4. Motivo.....	430
26.2.4.1. Vício de motivo.....	432
26.2.5. Finalidade.....	432
26.2.5.1. Desvio de finalidade ou desvio de poder.....	433

26.2.6. Causa	434
26.3. Fases de constituição do ato administrativo	435
26.3.1. Perfeição	435
26.3.2. Validade	436
26.3.3. Eficácia	437
26.3.3.1. Efeitos	438
26.3.3.1.1. Efeito típico	439
26.3.3.1.2. Efeito atípico reflexo	439
26.3.3.1.3. Efeito atípico prodrômico	439
26.3.4. Conclusão	440
26.4. Atributos	441
26.4.1. Veracidade	441
26.4.2. Legitimidade	442
26.4.3. Imperatividade	443
26.4.4. Autoexecutoriedade	444
26.4.5. Tipicidade	447
26.5. Mérito do ato administrativo. Motivação e teoria dos motivos determinantes	447
26.5.1. Mérito do ato administrativo	447
26.5.2. Motivação e teoria dos motivos determinantes	449
26.5.2.1. Motivação	449
26.5.2.2. Teoria dos motivos determinantes	453
26.6. Classificação dos atos administrativos	454
26.6.1. Ato de império, ato de gestão e ato de mero expediente (quanto ao objeto)	454
26.6.2. Ato administrativo vinculado e discricionário (quanto à liberdade na edição)	455
26.6.3. Ato administrativo geral e individual (quanto aos destinatários)	459
26.6.4. Ato administrativo interno e externo (quanto ao alcance)	460
26.6.5. Ato administrativo simples, complexo e composto (quanto à manifestação da vontade)	461
26.6.6. Ato administrativo unilateral, bilateral e multilateral (quanto à formação)	463
26.6.7. Ato administrativo concreto e abstrato (quanto à estrutura do ato)	464
26.6.8. Ato administrativo ampliativo e restritivo (quanto aos direitos dos administrados)	465
26.6.9. Ato administrativo constitutivo, extintivo ou desconstitutivo, declaratório, alienativo, modificativo e abdicativo (quanto ao conteúdo)	465
26.6.10. Ato administrativo subjetivo, ato-condição, ato-regra, suspensível, autoexecutório e não autoexecutório (quanto aos efeitos)	466
26.6.11. Ato administrativo inexistente	467
26.7. Extinção do ato administrativo	470
26.7.1. Cumprimento dos seus efeitos	470
26.7.2. Desaparecimento do sujeito ou do objeto (extinção subjetiva ou objetiva)	472
26.7.3. Retirada do ato administrativo pelo poder público	472
26.7.3.1. Vícios do ato administrativo	472
26.7.3.1.1. Anulação ou invalidação	474
26.7.3.1.1.1. Ato administrativo anulável e convalidação	477
26.7.3.1.1.2. Conversão	478
26.7.3.1.1.3. Ato administrativo meramente irregular	479

26.7.3.1.2. Revogação.....	479
26.7.3.1.3. Contraposição.....	482
26.7.3.1.4. Caducidade.....	483
26.7.3.1.5. Cassação.....	483
26.7.4. Renúncia.....	483
26.8. Estabilização dos efeitos do ato administrativo.....	484
26.8.1. Funcionário de fato.....	485
26.8.2. Modulação de efeitos.....	486
26.8.3. Decadência.....	486
26.9. Atos administrativos em espécie.....	486
26.9.1. Atos normativos.....	486
26.9.2. Atos negociais.....	487
26.9.3. Atos enunciativos.....	491
26.9.4. Atos punitivos.....	494
26.9.5. Atos ordinatórios e de comunicação.....	495
27 Silêncio da administração pública.....	499
28 Licitação.....	501
28.1. Introdução.....	501
28.2. Conceito.....	502
28.3. Obrigatoriedade.....	504
28.4. Competência para legislar.....	507
28.5. Marco regulatório da licitação.....	509
28.5.1. Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).....	514
28.5.1.1. Vigência ambivalente.....	514
28.5.1.2. Revogação diferida.....	516
28.5.2. Quadro legal transitório.....	517
28.6. Princípios da licitação.....	519
28.6.1. Princípios básicos.....	520
28.6.2. Princípios correlatos.....	524
28.7. Pessoas que devem licitar.....	528
28.8. Objetos da licitação.....	532
28.9. Exceções à obrigatoriedade da licitação (contratação direta).....	534
28.9.1. Introdução.....	534
28.9.2. Pressupostos para a licitação.....	535
28.9.3. Procedimento da contratação direta.....	536
28.10. Licitação proibida.....	539
28.11. Licitação dispensada.....	540
28.12. Dispensa de licitação ou licitação dispensável.....	543
28.13. Inexigibilidade de licitação.....	559
28.14. Modalidades de licitação.....	562
28.14.1. Concorrência.....	566
28.14.2. Tomada de preços.....	568
28.14.3. Convite.....	568
28.14.4. Concurso.....	569
28.14.5. Leilão.....	570
28.14.6. Pregão.....	572
28.14.7. Consulta.....	574
28.15. Fracionamento do objeto da licitação.....	576
28.16. Registro de preços.....	577
28.17. Tipos de licitação (Lei n. 8.666/93).....	579

28.17.1. Menor preço	579
28.17.2. Melhor técnica	582
28.17.3. Técnica e preço	583
28.17.4. Maior lance	584
28.18. Procedimento da licitação	584
28.18.1. Fase interna	587
28.18.1.1. Introdução	587
28.18.1.2. Projeto básico, termo de referência e exposição de motivos.	588
28.18.1.3. Adequação orçamentária	589
28.18.1.4. Cotação no mercado	591
28.18.1.5. Designação da comissão de licitação.	591
28.18.1.6. Vedações relacionadas a pessoas e ao objeto da licitação	592
28.18.1.7. Elaboração de edital e instrumento convocatório substitutivo ...	594
28.18.1.8. Audiência pública	597
28.18.1.9. Parecer jurídico	598
28.18.2. Fase externa	599
28.18.2.1. Publicização do edital ou do instrumento convocatório substitutivo (ICS).....	600
28.18.2.2. Habilitação	603
28.18.2.3. Julgamento e classificação	611
28.18.2.3.1. Desempate	614
28.18.2.3.2. Regras de preferência	615
28.18.2.3.3. Microempresas e empresas de pequeno porte	617
28.18.2.3.3.1. Habilitação.	618
28.18.2.3.3.2. Desempate	618
28.18.2.3.3.3. Cédula de crédito microempresarial	619
28.18.2.3.3.4. Outros privilégios	619
28.18.2.4. Homologação	620
28.18.2.5. Adjudicação	621
28.18.3. Dupla instância administrativa (recursos)	623
28.18.4. Anulação e revogação.	624
28.18.5. Aspectos específicos de alguns procedimentos licitatórios.	626
28.18.5.1. Procedimento de tomada de preços.	626
28.18.5.2. Procedimento de convite	626
28.18.5.3. Procedimento de concurso	627
28.18.5.4. Procedimento de leilão	627
28.18.5.5. Procedimento do pregão.	628
28.18.5.6. Licitação internacional	637
28.18.5.7. Licitação de grande vulto e alta complexidade técnica.	639
28.18.5.8. Licitação das empresas estatais	640
28.18.5.8.1. Contratação direta	640
28.18.5.8.1.1. Dispensa	640
28.18.5.8.1.2. Inexigibilidade.	643
28.18.5.8.1.3. Instrução do procedimento de contratação direta	644
28.18.5.8.2. Modalidade preferencial de licitação	644
28.18.5.8.3. Tipos de licitação ou critérios de julgamento	644
28.18.5.8.4. Intervalo mínimo	645
28.18.5.8.5. Rito da licitação.	646
28.18.5.8.6. Pré-qualificação permanente	651
28.18.5.8.7. Cadastramento	652
28.18.5.8.8. Sistema de registro de preços.	652
28.18.5.8.9. Catálogo eletrônico de padronização	653

28.18.5.9. Regime diferenciado de contratação	653
28.18.5.9.1. Aplicação	653
28.18.5.9.2. Objetivos	654
28.18.5.9.3. Histórico	654
28.18.5.9.4. Opção	656
28.18.5.9.5. Inovações	656
28.18.5.9.6. Contratação integrada	656
28.18.5.9.7. Hipóteses de sigilo	657
28.18.5.9.8. Remuneração variável	658
28.18.5.9.9. Possibilidade de negociar	658
28.18.5.9.10. Indicação de marca	659
28.18.5.9.11. Certificação	659
28.18.5.9.12. <i>Built to suit</i>	659
28.18.5.9.13. Procedimento licitatório	659
28.18.5.9.14. Sanções administrativas	667
28.19. Nova lei de licitações e contratos administrativos (lei n. 14.133/2021)	667
28.19.1. Introdução	667
28.19.2. Âmbito da lei	668
28.19.3. Vigência ambivalente e revogação diferida	669
28.19.4. Regulamentação	669
28.19.5. Regras e prazos de adequação para as compras públicas	670
28.19.5.1. Categorias de bens de consumo	671
28.19.5.1.1 Bem de qualidade comum	672
28.19.5.1.2 Bem de luxo	672
28.19.5.2. Cláusulas específicas para os municípios	673
28.19.6. Princípios	674
28.19.6.1. Princípio da eficiência	675
28.19.6.2. Princípio do interesse público	676
28.19.6.3. Princípio do planejamento	677
28.19.6.4. Princípio da transparência	677
28.19.6.5. Princípio da eficácia	678
28.19.6.6. Princípio da segregação de funções	679
28.19.6.7. Princípio da motivação	680
28.19.6.8. Princípio da segurança jurídica	680
28.19.6.9. Princípio da razoabilidade	681
28.19.6.10. Princípio da competitividade	682
28.19.6.11. Princípio da proporcionalidade	682
28.19.6.12. Princípio da celeridade	683
28.19.6.13. Princípio do desenvolvimento nacional sustentável	683
28.19.6.14. Princípios tabulados na LINDB	686
28.19.7. Agentes públicos	686
28.19.7.1. Agente de contratação	687
28.19.7.2. Comissão de contratação	688
28.19.7.3. Assessores jurídicos e auditores internos	688
28.19.8. Processo licitatório	689
28.19.8.1. Objetivos	690
28.19.8.1.1. Vantajosidade	690
28.19.8.1.2. Isonomia	690
28.19.8.1.3. Preço justo	691
28.19.8.1.4. Inovação e sustentabilidade	691
28.19.8.2. Fases	692
28.19.8.2.1. Preparatória	692

28.19.8.2.1.1	Estudo técnico preliminar	692
28.19.8.2.1.2	Termo de referência	694
28.19.8.2.1.3	Projeto básico	695
28.19.8.2.1.4	Anteprojeto	697
28.19.8.2.1.5	Projeto executivo	698
28.19.8.2.1.6	Pesquisa de preços	701
28.19.8.2.1.7	Orçamento	701
28.19.8.2.2	Divulgação do edital de licitação	702
28.19.8.2.3	Apresentação de propostas e lances	703
28.19.8.2.4	Julgamento	705
28.19.8.2.4.1	Menor preço	706
28.19.8.2.4.2	Maior desconto	707
28.19.8.2.4.3	Melhor técnica ou conteúdo artístico	707
28.19.8.2.4.4	Técnica e preço	708
28.19.8.2.4.5	Maior lance	709
28.19.8.2.4.6	Maior retorno econômico	709
28.19.8.2.5	Habilitação	709
28.19.8.2.6	Recursal	710
28.19.8.2.7	Homologação	711
28.19.8.3	Modalidades	711
28.19.8.3.1	Pregão	712
28.19.8.3.2	Concorrência	712
28.19.8.3.3	Concurso	713
28.19.8.3.4	Leilão	713
28.19.8.3.5	Diálogo competitivo	713
28.19.9	Procedimentos auxiliares	715
28.19.9.1	Credenciamento	715
28.19.9.2	Pré-qualificação	716
28.19.9.2.1	Bens	717
28.19.9.2.2	Licitantes	717
28.19.9.3	Procedimento de manifestação de interesse	717
28.19.9.4	Sistema de registro de preços	719
28.19.9.5	Registro cadastral	721
28.19.10	Especificações técnicas	721
28.19.10.1	Catálogo eletrônico de padronização	722
28.19.10.2	Ciclo de vida	723
28.19.10.3	Certificação	724
28.19.10.4	Acreditação	726
28.19.10.5	Amostras	728
28.19.11	Novos regimes de contratação de obras e serviços de engenharia	729
28.19.11.1	Contratação integrada	730
28.19.11.2	Contratação semi-integrada	730
28.19.11.3	Fornecimento e prestação de serviço associado	731
28.19.12	Contratação direta	732
28.19.12.1	Inexigibilidade de licitação	732
28.19.12.2	Dispensa de licitação	733
28.19.13	Portal nacional de contratações públicas	734
28.19.14	Controle interno e externo	735
28.19.14.1	Primeira linha de defesa	737
28.19.14.2	Segunda linha de defesa	737
28.19.14.3	Terceira linha de defesa	738

28.19.15. Responsabilidades	739
28.19.15.1. Sanções	740
28.19.15.2. Acordo de leniência	741
28.19.15.3. Desconsideração da personalidade jurídica	741
28.19.16. Crimes	742
29 Contrato administrativo	744
29.1. Contratos privados da administração pública e contratos administrativos	744
29.1.1. Contratos privados da Administração Pública	746
29.1.2. Contrato administrativo	748
29.1.2.1. Conceito	748
29.1.2.2. Competência legislativa	750
29.1.2.3. Características	750
29.1.2.4. Cláusulas exorbitantes (Lei n. 8.666/93)	752
29.1.2.5. Cláusulas obrigatórias (Lei n. 8.666/93)	755
29.1.2.6. Garantias (Lei n. 8.666/93)	756
29.1.2.7. Duração e prorrogação	758
29.1.2.8. Alteração contratual	759
29.1.2.8.1. Bilateral	761
29.1.2.8.2. Unilateral (cláusula exorbitante)	762
29.1.2.9. Reequilíbrio econômico-financeiro do contrato	763
29.1.2.9.1. Reajuste ou reajustamento	763
29.1.2.9.2. Revisão	764
29.1.2.10. Formalização do contrato	767
29.1.2.11. Fiscalização contratual (cláusula exorbitante)	772
29.1.2.12. Recebimento do objeto	777
29.1.2.13. Inexecução contratual	778
29.1.2.13.1. Inexecução culposa	780
29.1.2.13.2. Inexecução sem culpa	780
29.1.2.13.2.1. Exceção do contrato não cumprido	781
29.1.2.13.2.2. Teoria da imprevisão	783
29.1.2.13.2.3. Fato do príncipe	787
29.1.2.13.2.4. Fato da administração	789
29.1.2.13.2.5. Caso fortuito e força maior	790
29.1.2.14. Extinção do contrato	791
29.1.2.14.1. Extinção subjetiva (pleno direito)	791
29.1.2.14.2. Extinção em virtude do cumprimento do objeto ou do decurso do prazo	792
29.1.2.14.3. Extinção por impossibilidade fática (pleno direito) ou jurídica	793
29.1.2.14.4. Nulidade	793
29.1.2.14.5. Rescisão	795
29.1.2.14.5.1. Rescisão consensual ou amigável	796
29.1.2.14.5.2. Rescisão judicial	797
29.1.2.14.5.3. Rescisão unilateral ou administrativa (cláusula exorbitante)	797
29.1.2.14.5.4. Rescisão arbitral	798

29.1.2.15. Sanções ou penalidades administrativas (cláusula exorbitante) . . .	800
29.1.2.16. Ocupação temporária (cláusula exorbitante)	803
29.1.2.17. Subcontratação nos contratos administrativos	804
29.1.2.18. Contatos administrativos das empresas estatais	805
29.2. Regras da Lei n. 14.133/2021 sobre contratos administrativos.	810
29.2.1. Publicidade	811
29.2.2. Forma	812
29.2.3. Matriz de riscos	812
29.2.4. Modelo de gestão	813
29.2.5. Prazos de duração dos contratos	813
29.2.6. Reajustamento de preço	815
29.2.7. Garantias	816
29.2.8. Retomada	817
29.2.9. Nulidades	817
29.2.9.1. Declaração de nulidade	819
29.2.9.2. Modulação dos efeitos da declaração de nulidade	819
29.2.10. Meios alternativos de solução de controvérsias	820
29.2.10.1. Arbitragem	821
29.2.10.2. Conciliação e mediação	822
29.2.10.3. Comitê de Resolução de Disputas (<i>Dispute Board</i>)	823
29.2.11. Programa de integridade	824
29.3. Regras excepcionais de contratação durante a pandemia (Covid-19)	826
29.3.1. Lei n. 14.124/2021 (medidas excepcionais para aquisição de vacinas)	826
29.3.2. Lei n. 14.217/2021 (medidas excepcionais para aquisição de bens e contratação de serviços)	830
30 Convênio administrativo	833
30.1. Conceito e objetivos	833
30.2. Vedações	835
30.3. Celebração e execução	836
31 Parceria público-privada (PPP)	844
32 Programa de parcerias de investimentos	854
33 Serviço público	859
33.1. Conceito	859
33.2. Princípios	863
33.3. Maneiras de prestação de serviço público	869
33.4. Classificação	872
33.5. Concessão de serviço público	875
33.5.1. Natureza jurídica e conceito	875
33.5.2. Espécies de concessão de serviço público	876
33.5.3. Poder concedente	878
33.5.4. Encargos do poder concedente	880
33.5.5. Concessionária	881
33.5.5.1. Encargos da concessionária	881
33.5.5.2. Subconcessão	882
33.5.5.3. Transferência de concessão ou controle acionário da concessionária	882
33.5.6. Responsabilidade da concessionária	883
33.5.7. Licitação da concessão	884
33.5.8. Contrato de concessão	888
33.5.9. Remuneração	889

33.5.10. Direitos e deveres do usuário	891
33.5.10.1. Serviços públicos prestados por concessionárias e permissionárias...	891
33.5.10.2. Serviços públicos prestados pela Administração Pública direta e indireta	893
33.5.11. Regime jurídico-financeiro.....	899
33.5.12. Intervenção	900
33.5.13. Extinção da concessão de serviço público e reversão dos bens.....	901
33.6. Permissão de serviço público	905
33.7. Autorização de serviço público	906
34 Bens públicos	908
34.1. Domínio público, domínio eminente e domínio patrimonial.....	908
34.2. Conceito	909
34.3. Classificação e caracteres jurídicos	913
34.4. Regime jurídico	918
34.4.1. Inalienabilidade	918
34.4.2. Imprescritibilidade.....	919
34.4.3. Impenhorabilidade.....	920
34.4.4. Impossibilidade de oneração.....	920
34.4.5. Formas de aquisição.....	921
34.4.6. Uso de bem público por terceiro.....	926
34.4.6.1. Autorização de uso	927
34.4.6.2. Permissão de uso	928
34.4.6.3. Concessão de uso	929
34.4.6.4. Concessão de direito real de uso	930
34.4.6.5. Concessão de uso especial para fins de moradia	931
34.4.6.6. Cessão de uso	932
34.5. Bens públicos em espécie	933
34.5.1. Terras devolutas	933
34.5.2. Mar territorial.....	935
34.5.3. Plataforma continental	935
34.5.4. Faixa de fronteira	936
34.5.5. Terrenos de marinha e seus acrescidos	937
34.5.6. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios	938
34.5.7. Ilhas	939
34.5.8. Terrenos reservados	940
34.5.9. Vias e logradouros públicos	941
34.5.10. Domínio aéreo	942
34.5.11. Recursos minerais	942
34.5.11.1. Águas.....	942
34.5.11.2. Minas e jazidas.....	944
34.5.12. Cavidades naturais subterrâneas e sítios arqueológicos e pré- históricos.....	945
35 Intervenções do estado na propriedade	947
35.1. Introdução	947
35.2. Modalidades de intervenção.....	949
35.3. Limitação administrativa	950
35.4. Ocupação temporária	952
35.5. Requisição administrativa	955
35.6. Tombamento	956
35.7. Servidão administrativa	961
35.8. Desapropriação	964

35.8.1.	Tipos.....	964
35.8.1.1.	Desapropriação ordinária.....	969
35.8.1.2.	Desapropriação-sanção.....	969
35.8.1.3.	Desapropriação por necessidade pública.....	971
35.8.1.4.	Desapropriação por utilidade pública.....	972
35.8.1.5.	Desapropriação por interesse social.....	973
35.8.1.6.	Desapropriação por zona.....	974
35.8.1.7.	Desapropriação indireta.....	976
35.8.2.	Ritos.....	980
35.8.2.1.	Por utilidade pública.....	980
35.8.2.1.1.	Fase declaratória.....	980
35.8.2.1.2.	Fase executória.....	981
35.8.2.1.3.	Honorários advocatícios.....	986
35.8.2.2.	Por interesse social.....	987
35.8.3.	Objeto.....	988
35.8.4.	Vedação à desapropriação relacionada a precatório.....	989
35.8.5.	Juros.....	989
35.8.6.	Correção monetária.....	994
35.8.7.	Direito de extensão.....	996
35.8.8.	Preferência, tredestinação e retrocessão.....	997
36	Controle interno e externo da administração pública.....	1000
36.1.	Introdução.....	1000
36.2.	Controle interno ou administrativo.....	1004
36.3.	Controle externo legislativo.....	1005
36.4.	Controle externo jurisdicional da administração pública.....	1009
36.5.	Controle e a lei de introdução às normas do direito brasileiro.....	1015
36.5.1.	Novos dispositivos legais.....	1015
36.5.2.	Regulamentação.....	1017
36.5.2.1.	Motivação e decisão.....	1017
36.5.2.2.	Revisão quanto à validade por mudança de orientação geral.....	1018
36.5.2.3.	Regime de transição.....	1019
36.5.2.4.	Interpretação de normas sobre gestão pública.....	1019
36.5.2.5.	Compensação.....	1019
36.5.2.6.	Compromisso.....	1019
36.5.2.7.	Termo de ajustamento de gestão.....	1020
36.5.2.8.	Responsabilização do agente público.....	1021
36.5.2.8.1.	Responsabilização na hipótese de dolo ou erro grosseiro.....	1021
36.5.2.8.2.	Análise de regularidade da decisão.....	1022
36.5.2.8.3.	Direito de regresso, defesa judicial e extrajudicial.....	1022
36.5.2.8.4.	Decisão que impuser sanção ao agente público.....	1022
36.5.2.9.	Da segurança jurídica na aplicação das normas.....	1023
36.5.2.9.1.	Consulta pública para edição de atos normativos.....	1023
36.5.2.9.2.	Segurança jurídica na aplicação das normas.....	1023
36.5.2.9.3.	Parecer do Advogado-Geral da União e de consultorias jurídicas e súmulas da Advocacia-Geral da União.....	1023
36.5.2.9.4.	Orientações normativas.....	1024
36.5.2.9.5.	Enunciados e transparência.....	1024
36.6.	Ações judiciais.....	1024
36.6.1.	Habeas data.....	1024
36.6.2.	Mandado de injunção.....	1027

36.6.3. Mandado de segurança	1030
36.6.4. Ação popular	1037
36.6.5. Ação civil pública	1040
37 Responsabilidade civil do estado	1045
37.1. Evolução histórica e fundamentos jurídicos	1045
37.2. Responsabilidade civil na prestação de serviço público: responsabilidade objetiva (teoria do risco administrativo)	1050
37.3. Responsabilidade por obra pública	1056
37.4. Responsabilidade civil por conduta omissiva do estado	1057
37.5. Responsabilidade civil do estado pela edição de ato legislativo	1061
37.6. Responsabilidade civil do estado por ato judicial e dos titulares de cartórios extrajudiciais	1062
37.6.1. Ato judicial	1062
37.6.2. Titulares de cartórios extrajudiciais	1066
37.7. Prescrição	1067
38 Lei anticorrupção	1068
38.1. Surgimento	1068
38.2. Sujeitos	1070
38.3. Atos lesivos	1071
38.4. Responsabilização administrativa	1072
38.5. Dosimetria das sanções	1073
38.6. Processo administrativo de responsabilização	1074
38.7. Acordo de leniência	1075
38.8. Responsabilização judicial	1076
38.9. Cadastro nacional de empresas punidas	1077
38.10. Prescrição	1077
38.11. Outras esferas	1078
39 Improbidade administrativa	1079
39.1. Introdução	1079
39.1.1. Antecedentes históricos	1079
39.1.2. Evolução da probidade no brasil	1083
39.1.3. A casuística disfuncional nas ações de improbidade	1087
39.1.4. A fuga da responsabilização dos agentes públicos	1092
39.1.5. Reforma promovida pela lei n. 14.230/2021	1096
39.2. Sujeito ativo	1104
39.3. Prerrogativa de foro	1109
39.4. Sujeitos passivos	1112
39.5. Ressarcimento do dano, perda do acréscimo patrimonial ilícito e indisponibilidade dos bens	1113
39.6. Tipos de atos de improbidade administrativa	1114
39.7. Gravidade da lesão à moralidade	1120
39.8. Sanções aos atos de improbidade administrativa	1121
39.9. Elementos subjetivos	1124
39.10. Declaração de bens	1125
39.11. Processo	1126
39.12. Prescrição	1130
39.13. Ressarcimento	1132
40 Processo administrativo	1134
40.1. Introdução	1134
40.2. Conceito	1135

40.3. Processo administrativo e procedimento administrativo	1136
40.4. Aplicabilidade e finalidade	1137
40.5. Princípios específicos do processo administrativo	1138
40.5.1. Princípios do contraditório e da ampla defesa	1138
40.5.2. Princípio da oficialidade	1139
40.5.3. Princípio do formalismo moderado	1140
40.5.4. Princípio da verdade real	1140
40.6. Definições e critérios no processo administrativo	1141
40.7. Direitos dos administrados	1143
40.8. Deveres do administrado	1144
40.9. Início do processo administrativo	1145
40.10. Interessados	1145
40.11. Competência	1146
40.12. Impedimentos e da suspeição	1147
40.13. Forma, tempo e lugar dos atos do processo	1147
40.14. Comunicação dos atos	1148
40.15. Instrução	1149
40.16. Dever de decidir	1151
40.17. Decisão coordenada	1151
40.18. Motivação	1154
40.19. Desistência e outros casos de extinção do processo	1155
40.20. Anulação, revogação e convalidação	1155
40.21. Recurso administrativo, reconsideração e revisão	1155
40.22. Súmula vinculante	1158
40.23. Prazos	1159
40.24. Prioridade na tramitação	1159
40.25. Reclamação administrativa	1160
40.26. Representação	1160
40.27. Recurso hierárquico próprio e impróprio	1161
41 Agentes públicos	1165
41.1. Conceito	1165
41.2. Cargos públicos, empregos públicos, funções públicas e mandatos públicos	1167
41.3. Nepotismo	1172
41.4. Tipos de agentes públicos	1176
41.4.1. Agentes políticos	1176
41.4.2. Militares	1177
41.4.2.1. Considerações iniciais	1177
41.4.2.2. Estatuto dos militares (Lei n. 6.880/80)	1179
41.4.3. Empregados públicos	1179
41.4.3.1. Conceito	1179
41.4.3.2. Histórico	1182
41.4.4. Contratados por tempo determinado (inciso IX do art. 37 da CF/88)	1186
41.4.5. Particulares em colaboração com o poder público	1188
41.4.6. Servidores públicos	1189
41.4.6.1. Concurso público	1193
41.4.6.2. Provimento e investidura	1206
41.4.6.3. Posse e exercício	1211
41.4.6.4. Vacância	1211
41.4.6.5. Estabilidade	1218
41.4.6.5.1. Estabilidade sem concurso público	1223
41.4.6.6. Vitaliciedade	1223

41.4.6.7. Remoção	1224
41.4.6.8. Redistribuição	1225
41.4.6.9. Substituição	1226
41.4.6.10. Greve no serviço público	1226
41.4.6.11. Salário, vencimento, remuneração, soldo e subsídio	1229
41.4.6.12. Vantagens	1237
41.4.6.13. Indenizações	1237
41.4.6.14. Gratificações	1240
41.4.6.15. Adicionais	1242
41.4.6.16. Férias	1244
41.4.6.17. Licenças	1245
41.4.6.18. Afastamentos	1248
41.4.6.19. Concessões	1253
41.4.6.20. Tempo de serviço	1254
41.4.6.21. Direito de petição	1255
41.4.6.22. Seguridade social do servidor público	1257
41.4.6.22.1. Competência para legislar	1260
41.4.6.22.2. Regimes previdenciários	1260
41.4.6.22.2.1. Regime Geral de Previdência Social	1261
41.4.6.22.2.2. Regime Próprio de Previdência Social	1262
41.4.6.22.2.3. Regime de Previdência Complementar	1263
41.4.6.22.3. Sucessivas emendas à Constituição Federal	1266
41.4.6.22.4. Emenda Constitucional n. 103/2019 (Reforma da Previdência)	1270
41.4.6.22.5. Princípios constitucionais da previdência do servidor público	1276
41.4.6.22.5.1. Princípio da filiação obrigatória	1276
41.4.6.22.5.2. Princípio do caráter contributivo	1278
41.4.6.22.5.3. Princípio do equilíbrio financeiro e atuarial	1283
41.4.6.22.5.4. Princípio da solidariedade	1286
41.4.6.22.6. Benefícios	1288
41.4.6.22.6.1. Aposentadoria	1289
41.4.6.22.6.1.1. Natureza jurídica do ato de concessão de aposentadoria	1290
41.4.6.22.6.1.2. Proventos de aposentadoria	1294
41.4.6.22.6.1.3. Modalidades de aposentadoria	1299
41.4.6.22.6.2. Auxílio-natalidade	1310
41.4.6.22.6.3. Salário-família	1311
41.4.6.22.6.4. Licença para tratamento de saúde	1311
41.4.6.22.6.5. Licença à gestante, à adotante e licença-paternidade	1312
41.4.6.22.6.6. Licença por acidente em serviço	1314
41.4.6.22.6.7. Assistência à saúde do servidor e dos seus dependentes	1315
41.4.6.22.6.8. Garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias	1315
41.4.6.22.6.9. Pensão vitalícia ou temporária ao dependente	1316
41.4.6.22.6.10. Auxílio-funeral	1321
41.4.6.22.6.11. Auxílio-reclusão aos dependentes	1321
41.4.6.23. Regime disciplinar dos servidores públicos	1322
41.4.6.23.1. Ilícito administrativo disciplinar	1322
41.4.6.23.1.1. Aspectos gerais	1322
41.4.6.23.1.2. Tipicidade, antijuridicidade e culpabilidade disciplinares	1327
41.4.6.23.1.3. Extraterritorialidade	1329
41.4.6.23.2. Garantias constitucionais	1330
41.4.6.23.3. Previsão constitucional	1333

41.4.6.23.4. Pessoas sujeitas ao processo administrativo disciplinar e à sindicância da Lei n. 8.112/90: Servidores públicos	1334
41.4.6.23.5. Normas aplicáveis	1341
41.4.6.23.6. Objeto do processo administrativo disciplinar e da sindicância acusatória.	1343
41.4.6.23.7. Sanções	1348
41.4.6.23.8. Prescrição	1357
41.4.6.23.9. Denúncia	1366
41.4.6.23.10. Deveres de delação, de promoção da apuração e de apuração	1367
41.4.6.23.11. Verificação preliminar.	1369
41.4.6.23.12. Termo de ajustamento de conduta	1372
41.4.6.23.13. Sindicância	1376
41.4.6.23.13.1. Sindicância investigativa	1377
41.4.6.23.13.1.1. Sindicância patrimonial	1379
41.4.6.23.13.2. Sindicância acusatória	1380
41.4.6.23.14. Processo administrativo disciplinar (PAD)	1384
41.4.6.23.14.1. Conceito legal	1385
41.4.6.23.14.2. Instauração	1386
41.4.6.23.14.3. Medida cautelar de afastamento preventivo	1390
41.4.6.23.14.4. Comissão processante	1391
41.4.6.23.14.5. Natureza dos atos da comissão: vinculação e discricionariedade	1403
41.4.6.23.14.6. Prazo de conclusão do processo administrativo disciplinar	1406
41.4.6.23.14.7. Inquérito	1408
41.4.6.23.14.8. Julgamento	1422
41.4.6.23.14.8.1. Aspectos gerais	1422
41.4.6.23.14.8.2. Julgamento contrário ao relatório	1425
41.4.6.23.14.9. Reconsideração e recurso	1426
41.4.6.23.14.10. Revisão.	1433
41.4.6.23.14.11. Processo administrativo disciplinar sumário.	1434
41.4.7. Outros agentes públicos	1436
42 Intervenção do estado no domínio econômico.	1438
42.1. Introdução	1438
42.2. Criação de empresas estatais (executor)	1440
42.3. Monopólio (executor)	1441
42.4. Controle do abastecimento (normativo e regulador)	1443
42.5. Tabela de preços (normativo e regulador)	1443
42.6. Repressão ao abuso do poder econômico (normativo e regulador)	1444
<i>Referências bibliográficas</i>	<i>1449</i>